

Dia Nacional da Conciliação

Seções Judiciárias realizam 7.646 audiências no dia 8 de dezembro de 2006 e elevam índice de acordos firmados na Primeira Região

Cerca de 15 mil pessoas, entre servidores, magistrados e voluntários, trabalharam de forma incansável para que o Dia Nacional da Conciliação – promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – fosse um sucesso. Tribunais de todo o País, 56 ao todo, abriram as portas para a realização de audiências, com o objetivo de que fossem celebrados acordos no maior número de processos judiciais.

O resultado do esforço concentrado foi o saldo de 46.493 processos resolvidos. Durante todo o dia 8 de dezembro, foram realizadas 83.987 audiências pelas justiças dos estados, federal e trabalhista, o que superou as expectativas iniciais dos organizadores. O CNJ contou, também, com a parceria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), além de outras organizações, como o Conselho Federal de Psicologia, Ministério Público e Defensorias.

A Presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministra Ellen Gracie, destacou o desempenho da Justiça Federal, que conseguiu percentual de conciliação de 66%. “Esse sucesso se deve a dois grandes fatores: primeiro, a correta triagem dos casos que devem ser enviados à conciliação; segundo, ter havido um ótimo treinamento de conciliadores”, lembrou.

Na Justiça Federal da Primeira Região, o Dia Nacional da Conciliação foi



Mauro Pulini

Presidente Assusete Magalhães (3ª à esq.), Coordenador dos JEFs Antônio Sávio de Oliveira Chaves (1º à esq.), Governadora eleita do Pará, Ana Júlia Carepa (2ª à dir.), e demais autoridades compõem a mesa solene de abertura dos trabalhos do Dia Nacional da Conciliação, no Pará



Mauro Pulini

Magistrados do Tribunal e da Seção Judiciária do Pará no Dia Nacional da Conciliação em Belém

sediado pela Seção Judiciária do Pará. A escolha da seccional paraense não foi casual. Segundo a Presidente do TRF da 1.ª Região, Assusete Magalhães, “em números, o Pará é o primeiro lugar, entre

todas as Seções Judiciárias da Primeira Região”, nos dois Projetos de Conciliação implementados pelo Tribunal (de contratos imobiliários e de Juizados Especiais Federais).

DIA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO NA PRIMEIRA REGIÃO BALANÇO FINAL

A solução de litígios pela via da conciliação já vem sendo praticada pelo Tribunal Regional Federal da 1.^a Região e por seccionais vinculadas, desde maio de 2006. No maior Tribunal do País em extensão territorial, foram implementados dois Projetos de Conciliação.

O primeiro começou em maio de 2006 e procura celebrar acordos nos processos do antigo Sistema Financeiro da Habitação. O segundo, nos Juizados Especiais Federais, teve início em outubro de 2006, e trata de causas de pequeno valor, de até sessenta salários-mínimos.

O Projeto de Conciliação no Sistema Financeiro da Habitação preparou audiências no Distrito Federal e em mais seis estados no dia 8 de dezembro: Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rondônia e Pará. No balanço final, constatou-se que foram realizadas 1.072 audiências e homologados 447 acordos. O índice de acordos foi de 41,69%.

Já nos Juizados Especiais Federais, foram realizadas 6.574 audiências e homologados 4.812 acordos, o que equivale a um índice de acordos de 73%. O Projeto de Conciliação nos JEFs promoveu audiências nas 14 unidades da federação vinculadas ao Tribunal Regional da Primeira Região.

SAIBA COMO FOI O DIA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO EM ESTADOS DA PRIMEIRA REGIÃO

Bahia

O salão do prédio que abriga os Juizados Especiais Federais e a Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia ficou pequeno para alojar o grande número de pessoas que participaram, no dia 8 de dezembro, da solenidade de encerramento da campanha “Conciliar é Legal”, que envolveu o Projeto Piloto de Conciliação dos Juizados Especiais Federais, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, e o Projeto Conciliação do Sistema Financeiro da Habitação, de iniciativa do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região. A Justiça Federal na Bahia deu, com isso, um grande exemplo de participação no Dia Nacional da Conciliação.

Cerca de 200 pessoas reuniram-se para celebrar os expressivos resultados que a Seccional obteve com a realização de acordos no âmbito dos Juizados Federais, visando à redução do número de processos em tramitação, especialmente aqueles cuja matéria já está pacificada na jurisprudência.

Outro mérito do projeto é o de introduzir a cultura da conciliação no âmbito dos JEFs. Foram envolvidos na consecução do projeto a Coordenação dos Juizados Especiais Federais, as seis Varas de Juizado Especial Federal da Capital, a Caixa Econômica Federal e os autores das ações relativas ao FGTS.

Na cerimônia foram entregues, pelos Juizados Especiais Federais, títulos das transações efetuadas, qual seja, o termo de homologação judicial do acordo celebrado, bem como foram realizadas audiências conciliatórias referentes ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

A cerimônia foi aberta pelo Juiz Federal Diretor do Foro, Salomão Viana, que, em seu discurso, enfatizou que a solenidade é o marco demonstrativo de que se o Poder Público tiver von-

tade política, a realização da Justiça torna-se mais viável. “Temos muito que comemorar, pois das 259 audiências realizadas na Bahia, 196 se converteram em conciliação, o que equivale a quatro acordos em cada cinco tentativas, e esse é um registro importantíssimo”, finalizou o Diretor do Foro.



Mutuários recebem termo de homologação judicial de acordos firmados

Fizeram parte da mesa de autoridades, além do Diretor e do Vice-Diretor do Foro, a Juíza Federal da 15.^a Vara, Vera Louzada Velloso, os Juizes Federais Substitutos Joaquim Lustosa Filho, da 22.^a Vara, Leonardo Tochetto Pauperio, da 4.^a Vara, Heleno Bicalho, da 21.^a Vara, Fábio Stief Marmud, da 23.^a Vara, Ana Carolina Dias Lima Fernandes, da 9.^a Vara, e o Chefe do Setor Jurídico da Caixa Econômica Federal, Paulo Ritt.

Rondônia

As estatísticas do Dia Nacional da Conciliação na Seção Judiciária de Rondônia mostraram um quadro de 1.338 acordos firmados, dos quais 1.332 em processos virtuais e seis em processos físicos, estes últimos exclusivamente do INSS, enquanto os primeiros dizem respeito também à União e à Caixa Econômica Federal.

Às 8h do dia 8 de dezembro já havia movimento no prédio da Justiça Federal, em Porto Velho, com centenas de pessoas aguardando atendimento. O Diretor do Foro, Juiz Federal Geraldo Magela e Silva Meneses, fez a abertura solene das atividades. Logo após, os conciliadores iniciaram os trabalhos, ouvindo as partes.

Foram resolvidas questões relativas ao pagamento de FGTS, benefícios previdenciários, reajustes dos 3,17% e dos 28,86% dos militares. No dia 11 de dezembro foi iniciada a expedição dos documentos necessários, requisições de pagamento, para que o dinheiro estivesse disponível aos autores das ações no



Everton Teixeira

Jurisdicionados aguardam atendimento em Porto Velho/RO

prazo máximo de 60 dias. Além dos casos inerentes ao Juizado Especial Federal, foram feitas conciliações na 1.^a e na 2.^a Vara para dirimir temas do Sistema Financeiro da Habitação, com oito atendimentos e quatro acordos, já que três audiências tiveram que ser remarçadas.

Piauí

Durante o feriado de 8 de dezembro, a Justiça Federal no Piauí manteve-se mobilizada, realizando audiências conciliatórias em processos relativos a matéria previdenciária e que se encontravam em tramitação nos Juizados Especiais Federais, contribuindo, assim, para o sucesso do Dia Nacional da Conciliação. Ao todo, seis juízes federais realizaram, simultaneamente, audiências de conciliação e conseguiram alcançar o percentual de 78% de acordos. Para o Juiz Coordenador dos JEFs no Piauí, Juiz Federal Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira, tal índice representa o sucesso do movimento e a comprovação de que a cultura da conciliação deve ser fomentada enquanto instrumento de pacificação social.

Toda a estrutura física e de pessoal dos gabinetes e da área administrativa foi disponibilizada para atender, com a maior presteza, os jurisdicionados que

foram contemplados com audiências naquela data. Registre-se, ainda, a boa vontade dos procuradores do INSS que também compareceram e deram a sua contribuição para essa campanha de mudança de paradigma com vistas à efetividade da Justiça.

Ao término do dia, a satisfação de todos – juízes, servidores e jurisdicionados – era evidente, pois estava claro que um importante passo foi dado rumo à construção de uma nova mentalidade, de convivência mais pacífica no âmbito jurisdicional.



Benonias Cardoso

Audiência conciliatória relativa a matéria previdenciária, na Seccionnal piauiense

DIA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO – 8 DE DEZEMBRO

Originariamente, a data é feriado no Poder Judiciário, quando se comemora o Dia da Justiça.

O Dia Nacional da Conciliação é parte das atividades do Movimento Nacional pela Conciliação, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O funcionamento dos órgãos do Poder Judiciário nesse dia foi autorizado pela portaria n.º 48, de 9 de novembro de 2006, assinada pela Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ.

Pará

Em Belém, 18 mutuários receberam cartas de quitação de débito no Dia Nacional da Conciliação. A Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assusete Magalhães, entregou a carta de quitação de débito da casa própria para a mutuária Ângela Azevedo, 54 anos, funcionária pública, encerrando, finalmente, um processo que começou há 15 anos, com a aquisição do imóvel da falida empresa Encol.

A escolha da Seção Judiciária do Pará – uma das 14 vinculadas ao Tribunal – para sediar o Dia Nacional da Conciliação na Primeira Região não foi casual. Segundo a Presidente, em números, o Pará ocupa o primeiro lugar, entre todas as unidades federativas que compõem a Primeira Região, nos dois Projetos de Conciliação implementados pelo Tribunal (de contratos imobiliários e de Juizados Especiais Federais).

Desde o lançamento desses dois projetos no Pará, foram designados 4.045 processos, realizadas 2.019 audiências e homologados 1.251 acordos.

No Dia Nacional da Conciliação na Seccional paraense, o Juizado Especial Federal realizou 92 audiências em processos contra a Caixa (FGTS), que resultaram em 62 acordos. Três autores de processos não concordaram com as propostas, e 27 não atenderam às intimações. Nas ações contra o INSS (revisão e concessão de benefícios), de 51 processos, 18 fecharam acordo nas audiências de conciliação, e dois, agora, dependem de perícias para avaliar a real situação econômica, que irão confirmar ou não o direito ao benefício assistencial. A renda do beneficiário não poderá superar 25 por cento do salário-mínimo.

Nos processos do antigo Sistema Financeiro da Habitação foram designadas sete audiências no Dia Nacional da Conciliação. Cinco mutuários fecharam acordos, e dois pediram suspensão do processo para analisar as propostas de pagamento.

O primeiro já está com audiência marcada para fevereiro; e o segundo, para o mês de abril de 2007. Logo após as audiências, o Juiz Federal Ruy Dias de Souza Filho assinou os ofícios que determinaram a integração dos valores depositados em juízo pelos mutuários, para acelerar a tramitação das cartas de quitação de débito. “Em apenas um processo”, informou Souza Filho, “o valor da dívida caiu de 600 mil para 80 mil reais. Já conciliamos processo em que o débito foi reduzido de 1 milhão e 800 mil reais para 105 mil reais”.

Videoconferência – No período da manhã, a Presidente Assusete Magalhães, na sede da Seção Judiciária do Pará, em Belém, participou de uma videoconferência sobre o Dia Nacional da Conciliação, liderada pela Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A partir de dez pontos de rede de TV que abrangeram todas as regiões do País, desembargadores e juizes informaram sobre o Movimento pela Conciliação, instituído pelo CNJ em outubro de 2006.

Na ocasião, a Presidente do TRF da 1.ª Região inaugurou uma nova área, mais ampla, para o Juizado Especial Federal na seccional paraense, acompanhada pelo Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, Coordenador dos JEFs da Primeira Região, e pelo Diretor da Seção Judiciária do Pará, Juiz Federal Alexandre Franco.

Estiveram também presentes, em Belém, ao Dia Nacional da Conciliação, as Desembargadoras Federais Selene de Almeida e Isabel Galotti, Presidentes, respectivamente, da 5.ª e da 6.ª Turma do TRF da 1.ª Região, órgãos que julgam contratos imobiliários. O Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, Coordenador do Projeto de Conciliação, e Geneviève Orsi Grossi, Juíza Federal em Auxílio à Coordenação dos Juizados Especiais Federais, acompanharam os trabalhos das audiências.



Audiência realizada na seccional do Pará no Dia Nacional da Conciliação

Mauro Pulini

Minas

No dia 8 de dezembro, foi encerrada a Semana de Conciliação na Justiça Federal de Minas Gerais. O evento fez parte do Movimento pela Conciliação, “Conciliar é Legal”, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em Minas, no período de maio a outubro de 2006, foram realizadas três fases do Projeto, com 293 audiências e 182 acordos homologados.



Semana da conciliação em Minas Gerais aumenta número de acordos homologados

Nessas três fases foram contempladas ações envolvendo mutuários do SFH e a Caixa Econômica Federal. Os processos alvo da Conciliação, que se encontravam no TRF da 1.ª Região, em grau de recurso, desceram à Primeira Instância, onde foram realizadas audiências com a finalidade de obter acordos.

Os juízes federais da Seção Judiciária de Minas Gerais consideraram bem-sucedida a iniciativa, uma vez que a complexidade daqueles processos demandaria bastante tempo de resolução por vias judiciais. O acordo foi a melhor saída, segundo avaliação geral.

A quarta fase do Projeto de Conciliação, ocorrida na semana de 4 a 8 de dezembro, contemplou, além de processos do Sistema Financeiro da Habitação, processos do Juizado Especial Federal nos quais benefícios previdenciários, ações da CEF (SFH) e questões relativas à União Federal foram discutidos.

Na Justiça Federal de Minas Gerais, os magistrados, auxiliados por servidores da Casa, concentraram seus esforços na realização de audiências e tentativas de acordos.

RESULTADOS OBTIDOS NA SEMANA DA CONCILIAÇÃO EM MG (DE 4 A 8 DE DEZEMBRO DE 2006)

⇒ Resultados e Audiências das cinco Varas dos Juizados Especiais Federais – Ações de Benefícios Previdenciários

Audiências de conciliação designadas: 278

Audiências de conciliação realizadas: 210

⇒ Decisões cíveis

Sentenças não-homologatórias: 3

Sentenças homologatórias de conciliação prévia: 59

Sentenças homologatórias de acordos em AIJ: 147

Número de pessoas atendidas: 575

Número de acordos realizados: 147

⇒ Resultado dos dias 5 a 8 de dezembro - Audiências de ações entre mutuários do SFH e a CEF

Audiências de conciliação designadas: 85

Audiências de conciliação realizadas: 73

Número de não-comparecimentos: 12

Acordos realizados: 27

Observação: oito processos tramitavam no Tribunal Regional Federal da Primeira Região